

6.19. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA

ÁREAS PROTEGIDAS DO BRASIL

O programa Áreas Protegidas do Brasil é gerenciado por uma Diretoria da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e tem como objetivo a expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e outras áreas protegidas, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios decorrentes. As populações residentes nas áreas de conservação e entorno, populações tradicionais e indígenas, pesquisadores, visitantes e usuários de Unidades de Conservação são diretamente beneficiadas pela atuação do programa. Os principais parceiros são: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, Organismos Internacionais, Organizações Não-Governamentais – ONG's, Fundação Nacional do Índio – Funai, Universidades e Instituições de Pesquisa e Estados e Municípios.

Apoio à Criação e Gestão de Unidades de Conservação

Essa ação tem como objetivo expandir e consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, visando à proteção da biodiversidade brasileira e à justa repartição dos benefícios dela decorrentes. Em 2007, foram criadas cinco e ampliadas duas Unidades de Conservação - UC's Federais, o que resultou em um incremento da área do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza em 126.400 hectares, além da criação de 31 Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN. Para tanto, estabeleceu-se um grupo de trabalho para a definição de procedimentos de criação de UC's federais, bem como realizaram-se 38 consultas públicas sobre este processo. Destaca-se, também, o apoio às iniciativas municipais e estaduais de criação e implementação de UC's no âmbito do projeto de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

A Amazônia foi beneficiada com a ampliação da Estação Ecológica de Cuniã/AM em 19.407 hectares. Já no bioma Caatinga foi criada a Floresta Nacional de Negreiros, situada em Serrita/PE, com 3.000 hectares, e no bioma Cerrado, criou-se a Reserva Extrativista Chapada Limpa/MA, com uma área de 11.971,24 hectares. Buscando preservar e proteger a Mata Atlântica, foram criadas outras UC's: o Refúgio de Vida Silvestre do Rio dos Frades/BA, com uma área de 894 hectares; o Refúgio de Vida Silvestre de Una/BA, com uma área de 23.400 hectares; e a Reserva Extrativista Açau-Goiana/PE, com 6.678,30 hectares.

Outra importante atividade desenvolvida em 2007 foi a implementação e divulgação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC, o qual disponibiliza informações sobre as UC's reconhecidas pelo SNUC. A fim de permitir a operacionalização deste cadastro, foi realizada a capacitação de usuários estaduais.

Além disso, deu-se andamento a 277 processos de Compensação Ambiental, beneficiando 254 Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, resultando em uma arrecadação de R\$ 10,5 milhões, sendo que 71,6% deste total foram investidos em ações de implementação das UC's federais; 28,1% em ações de regularização fundiária; e 0,2% custeio ao processo de elaboração de planos de manejo. Além disso, no decorrer de 2007, foram realizados importantes processos de negociação de grandes passivos de devedores da compensação, os quais, em 2008, cumprirão com suas condicionantes, em prol das UC's.

Dessa forma, foi possível, por meio das atividades desenvolvidas, apoiar 23 projetos, superando a meta física inicialmente prevista, uma vez que os custos unitários desses projetos foram menores.

Implantação de Corredores Ecológicos

O Projeto Corredores Ecológicos tem como meta a conservação da biodiversidade em áreas protegidas e nos espaços de interstícios entre as mesmas, sendo viabilizado por meio da fiscalização ambiental e da aplicação do poder de polícia em suas áreas.

Quanto às atividades implementadas no Corredor Central da Mata Atlântica – CCMA (12,5 milhões de hectares), situado nos Estados da Bahia e Espírito Santo, destacam-se a realização de três campanhas de fiscalização e de sobrevôos mensais, resultando na identificação de 550 ilícitos nessa região. Além disso, foram definidos 10 mini-corredores no Espírito Santo, os quais cobrem uma área de 598 mil hectares, sendo que a implementação de dois já foram iniciadas. Já na Bahia, foram identificados oito mini-corredores.

Em relação ao Corredor Central da Amazônia – CCA (52 milhões de hectares), o qual constitui um

contínuo florestal situado no Estado do Amazonas, foram desenvolvidas atividades que garantem a preservação da floresta, por meio do uso sustentável dos recursos naturais. Em 2007, iniciou-se a implementação do projeto de fiscalização do CCA, tendo sido firmados convênios no montante aproximado de R\$ 4 milhões junto ao Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - IPAAM e ao Batalhão da Polícia Ambiental, os quais têm como prioridade estabelecer uma infra-estrutura de fiscalização.

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS – FLORESCER

O programa tem como objetivo prevenir e combater desmatamentos ilegais, queimadas predatórias e incêndios florestais em todos os biomas brasileiros. O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal possibilitou, em 2007, a ampliação de uma e a construção de três Bases Operativas na região, bem como a manutenção das Brigadas de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. Com a parceria do Ministério do Trabalho, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Exército Brasileiro foram realizadas mais de 100 grandes operações de fiscalização integrada. O desmatamento na Amazônia entre agosto de 2006 e julho de 2007, estimado em 11.224 Km² pelo sistema Prodes - Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite, caiu 20% em relação ao período 2005-2006, registrando uma queda acumulada de 59% nos últimos três anos. O número é muito próximo ao menor já registrado (11.030 km², em 1991) desde o início do monitoramento do desmatamento na região, em 1988. Essa queda contribuiu para que o País evitasse a emissão de 500 mil toneladas de gás carbônico na atmosfera.

Fiscalização de Atividades de Desmatamento

No âmbito do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, foram realizadas 2.987 operações de fiscalização, das quais destacam-se 153 grandes operações conjuntas, envolvendo a fiscalização ambiental, trabalhista, fundiária, tributária e rodoviária, as quais tiveram a participação de diferentes órgãos, como: Ibama, Ministério da Defesa, Ministério do Trabalho e Emprego, Polícia Federal, Fundação Nacional do Índio, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Polícia Rodoviária Federal, além da Polícia Militar dos Estados. Merece destaque as seguintes operações: Lábrea, Boca do Acre I, II e III, Mandacaru, Matinguari, Jatobá, Rio Branco fase I, Parque Nacional dos Campos Amazônicos - PNCA, Satélite I e II, Anguerassó, Cachimbo e Mamote. Como consequência, foram lavrados 5.788 autos de infração referentes aos ilícitos contra a flora, contabilizando R\$ 1.383.957.278,66 em multas aplicadas. Ressalta-se, ainda, que, quanto às operações realizadas em todo o território nacional, foram lavrados 9.070 autos de infração, sendo que entre estes, 63% foram aplicados na Amazônia Legal, resultando na apreensão de mais de 300 mil metros cúbicos de madeira na Região Amazônica.

Controle de Desmatamentos e Incêndios Florestais

Durante o ano de 2007, realizou-se o monitoramento de toda a região da Amazônia Legal, o que corresponde a 5.217.423 km², sendo que esta ação contribuiu diretamente com o monitoramento de 2.997.344 km², atingindo uma execução de 100% de sua meta física prevista. A fim de aprimorar este monitoramento, o Centro de Monitoramento Ambiental do Ibama - Cemam elaborou mais de 6.000 mapas guias, indicando a localização de desmatamentos, de modo a facilitar o planejamento e a execução das operações de fiscalização em campo.

Com a finalidade de capacitar fiscais ambientais, a Coordenação de Informações sobre Ilícitos Ambientais - COIN, em parceria com a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, forneceu cursos de Inteligência a seus servidores, com foco em procedimentos de inteligência e produção de conhecimentos.

Ademais, foi desenvolvido o banco de dados do Sistema Compartilhado de Informações Ambientais – Siscom (<http://siscom.ibama.gov.br>), o qual permite consultar bancos de dados geográficos de várias instituições e do Ibama, possibilitando o cruzamento de dados, criação e impressão de mapas, bem como o acesso on-line a informações de meio ambiente.

PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS

O objetivo geral é promover o desenvolvimento florestal sustentável, conciliando o uso e a conservação dos ecossistemas. As metas do programa estão focadas na formulação de políticas públicas voltadas à promoção e à expansão da base florestal plantada, associada à recuperação de áreas degradadas, bem como à

expansão da base de florestas naturais sob manejo sustentável, consorciado com a proteção de áreas com alto valor ecológico.

Assistência Técnica ao Pequeno Produtor Rural para a Produção Florestal Sustentável

Essa ação teve como meta, para 2007, atender a 7.200 produtores rurais em todo o País. Participam da seleção: agricultores familiares, extrativistas, silvicultores e populações tradicionais, os quais concorrem ao recebimento de assistência técnica, que é realizada em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA. A seleção das entidades prestadoras de assistência técnica é feita por meio de aprovação de projetos vinculados aos editais publicados pelo Fundo para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado e Amazônia.

A dotação orçamentária inicialmente prevista para essa ação era de R\$ 5.676.089,00, dos quais R\$1.043.961,92 foram contingenciados, restando para aplicação o valor de R\$ 4.632.127,08. Tal montante foi integralmente repassado ao FNMA para atender aos projetos de desenvolvimento de atividades produtivas florestais sustentáveis, incluindo o sistema agro-florestal e projetos de recuperação de nascentes, tendo sido distribuídos da seguinte forma: R\$ 1.028.273,30 foram destinados ao edital Mata Atlântica; R\$ 927.508,00 ao edital Caatinga; R\$ 1.064.026,68 ao edital Cerrado; e R\$ 1.612.319,10 ao edital Amazônia. Em razão de problemas operacionais, o FNMA só disponibilizou a aplicação de recursos no valor de R\$3.745.727,00.

Em 2007, foi prestada assistência a 1.600 agricultores, sendo que após a consolidação e efetiva implementação dos 3 Editais que estão em andamento, deverá ser atingida a meta prevista inicialmente de 7.200 produtores beneficiados.

Formulação e Difusão de Procedimentos de Manejo Florestal

Visa promover a gestão sustentável de florestas, por meio da implementação de procedimentos técnicos e administrativos que permitam o uso sustentável dos recursos florestais, viabilizando áreas para produção de bens e serviços ambientais.

Foram alocados recursos orçamentários no valor de R\$ 5.634.520,00, sendo que R\$ 2.214.520,00 são provenientes da doação da Organização Internacional de Madeira Tropical – ITTO. Em razão do contingenciamento orçamentário, o limite para empenho totalizou R\$ 3.366.099, dos quais ficaram comprometidos com o pagamento de pessoal temporário cerca de R\$ 854.550,26, conforme determina o art. 2º, alínea h, da Lei nº 8.745, de 1993, bem como o art. 3º, § 3º, do Decreto nº 4.748, de 2003. Este quadro de pessoal contribuiu diretamente para a realização das metas finalísticas da ação.

Os recursos orçamentários foram aplicados na realização de estudos para identificação de áreas com potencial de manejo florestal na Amazônia, conforme prevê a Lei nº 11.284/2006. Ainda em consonância com o artigo 70 da mesma lei, vem sendo implementados, pelo Serviço Florestal Brasileiro - SFB, contratos de transição referentes a planos de manejo florestal sustentável. Até o momento, foram firmados sete contratos para o manejo florestal sustentável em áreas do Estado do Pará. Realizou-se, também, o II Workshop para a discussão sobre a metodologia do inventário florestal nacional e para a criação e instalação das redes de monitoramento da dinâmica das florestas nos biomas Cerrado, Amazônia, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos.

Ainda em 2007, foram lançados os editais de licitação para elaboração dos Planos de Manejo de quatro Florestas Nacionais (Flonas): Amanã, Crepori, Jamari e Trairão. As entidades contratadas estão realizando estudos para a geração dos seguintes produtos: 1) plano de ação; 2) mapas e base de dados georreferenciados; 3) estudos de: Inventário Florestal; Levantamento Faunístico; Base Cartográfica e Mapas Temáticos; Levantamento Socioeconômico e Relação de Grupos de Interesse, e 4) Documentos e Mapas com Zoneamento da Flona e Documentos com Programas de Manejo e Regras de Uso. A implementação de tais produtos viabilizará o alcance da meta prevista inicialmente de 315.000 hectares de área florestal manejada.

Outra atividade que merece destaque foi a publicação do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) 2007/2008, o qual prevê a possibilidade de concessão florestal de 43,7 milhões de hectares, sendo que, entre estas áreas, priorizou-se a licitação para a concessão de uso da Floresta Nacional do Jamari, localizada em Rondônia, no Distrito Florestal Sustentável da BR 163, a qual possui uma área de 96 mil hectares.

Ademais, no bioma Caatinga foram selecionadas 100 unidades de assentamento rural, das quais 20 encontram-se em fase de implementação dos Planos de Manejo, envolvendo cerca de dois mil produtores familiares. O total de famílias a serem beneficiadas nas unidades de assentamentos selecionados alcança cerca de 10 mil na

região do semi-árido.

Dessa forma, entre os principais resultados alcançados por meio da integração de esforços das políticas implementadas pelo programa junto aos parceiros privados e outros organismos públicos, ressalta-se que houve um aumento estimado da área de manejo florestal certificado de 1,4 milhão de hectares em 2006, para 3 milhões de hectares em 2007, na Região Amazônica.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS GENÉTICOS

O programa objetiva conhecer, conservar, recuperar e usar sustentavelmente a diversidade biológica e os recursos genéticos, promover a biossegurança, o acesso e a repartição dos benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado.

Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade

Essa ação é voltada ao desenvolvimento de projetos que contribuam para o uso sustentável da Biodiversidade por populações tradicionais, implementadas, principalmente, na região Amazônica.

O Portalbio, um sítio eletrônico na Internet abrigado no portal do MMA com informações sobre biodiversidade, passou a disponibilizar a totalidade dos relatórios dos projetos apoiados pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira – Probio. Toda a história e os resultados do Projeto da Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA) estão agora disponíveis no endereço eletrônico www.mma.gov.br/portalbio. Após o encerramento do projeto, que foi executado durante dez anos, entre 1996 e 2006, o MMA decidiu tornar acessíveis todas as informações sobre o Probio e os seus 144 subprojetos apoiados. Esta estratégia facilitou o acesso do público a estas informações, pois se fossem aguardadas as publicações de todas as informações levantadas pelos subprojetos seriam necessários anos até que estes conteúdos estivessem disponíveis ao público. Dessa forma, o MMA, em 2007, viabilizou o apoio a 15 projetos por meio da divulgação dos dados obtidos nos estudos sobre conservação e uso sustentável. Até esta data foram publicados cinco livros com informações sobre efeitos de mudanças climáticas sobre a biodiversidade e inventários de biodiversidade.

Outra importante atividade desenvolvida no âmbito dessa ação foi a divulgação de 12 publicações diferentes sobre biodiversidade brasileira para instituições de pesquisa, bibliotecas, organizações não-governamentais e salas verdes de educação ambiental, totalizando a distribuição de cerca de 19.250 exemplares.

A Comissão Nacional de Biodiversidade – Conabio, instância deliberativa para a gestão da biodiversidade brasileira, formada por representantes da sociedade civil e governamentais instalou a Câmara Técnica Permanente do PAN-Bio para orientar a implementação das “Diretrizes e Prioridades do Plano de Ação para Implementação da Política Nacional da Biodiversidade – PAN-Bio”, que havia sido aprovada pela Deliberação nº. 40/2006 da Conabio. O estabelecimento das “Metas Nacionais de Biodiversidade para 2010”, aprovadas pela Conabio em sua 21ª reunião ordinária nos dias 11 e 12 de dezembro de 2006, e na 12ª reunião extraordinária, dias 20 e 21 de dezembro de 2006, possibilitou o início da sua implementação e monitoramento em 2007.

Ademais, foi realizada a assinatura de um contrato entre o MMA e a Caixa Econômica Federal para execução do Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade – Probio II – o qual envolve os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Saúde, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde - Bireme, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio e do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ.

Este projeto tem como objetivo promover a priorização e a integração (transversalização) da conservação e uso sustentável da biodiversidade nas principais estratégias de planejamento e práticas dos setores público e privado em nível nacional, consolidar e fortalecer a capacidade institucional para produzir e disseminar informações e conceitos relevantes sobre a biodiversidade.

Entre as atividades desenvolvidas pelo Ibama, em 2007, destaca-se o estabelecimento de parcerias com universidades e instituições de pesquisas para o levantamento preliminar de dados que irão viabilizar a elaboração dos planos de manejo das reservas extrativistas, conforme prevê a Lei nº 9.985/2000, a qual trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Para tanto, foram apoiados quatro projetos para o diagnóstico socioeconômico e ambiental nas Reservas Extrativista a serem criadas (Baixo Sucunduri, Novo Axioma,

Rio Aripuanã).

Além disso, ressalta-se a criação de conselhos deliberativos de reservas extrativistas, os quais constituem instâncias de decisão sobre a gestão dos recursos genéticos mobilizados por estas populações no seu processo de produção coletiva sustentável, tendo beneficiado, aproximadamente, 32.000 famílias extrativistas.

CONSELHOS FORMALIZADOS EM 2007

RESEX	UF	TIPO	ANO CRIAÇÃO	Conclusão
Médio Juruá	AM	Florestal	1997	Portaria Nº 10 de 29- 01-2007
São João da Ponta	PA	Marinha	2002	Portaria Nº 11 de 05-02-2007
Araí-Peroba	PA	Marinha	2005	Portaria Nº 42 de 12-06-2007
Caeté-Taperaçu	PA	Marinha	2005	Portaria Nº- 16, de 24-09-2007
Tracuateua	PA	Marinha	2005	Portaria Nº 21 de 22/11/2007
Chocoaré-Mato Grosso	PA	Marinha	2002	Portaria Nº 17, de 24-09-2007

Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

AGENDA 21

A Agenda 21 trabalha no sentido de promover a integração de ações, desenvolvendo parceria com outros programas, ministérios e organismos públicos e com a sociedade civil, incentivando e apoiando a construção de Agendas 21 Locais, utilizando-se de ações articuladas a outros instrumentos de planejamento e gestão territorial. O objetivo é promover a internalização dos princípios e estratégias da Agenda 21 brasileira na formulação e implementação de políticas públicas nacionais e locais, por meio do planejamento estratégico, descentralizado e participativo, para estabelecer as prioridades a serem definidas e executadas em parceria governo-sociedade, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Os resultados alcançados superaram as estimativas iniciais e permitiram o fortalecimento das populações locais para condução dos processos de construção e implementação de Agendas 21 Locais, bem como a ampliação da rede de parcerias e iniciativas relacionadas à Agenda 21.

Formação Continuada em Agenda 21 Local

Em 2007, foram realizados cursos para fortalecimento de processos de construção e implementação de Agendas 21 locais nos Estados do Acre, Ceará, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul e São Paulo, totalizando 277 Municípios e 2.375 participantes. Também foram realizados cursos para formação de multiplicadores nos Estados da Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo, envolvendo 122 Municípios.

Ademais, foram efetuadas sensibilizações a fim de incentivar novos processos de construção de Agenda 21 Local, fornecendo cursos para fortalecer os processos já existentes e para a formação de multiplicadores nas Regiões Norte, Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, atendendo às necessidades de atuação em áreas prioritárias do Governo Federal e às demandas para fortalecer e qualificar iniciativas de construção e implementação de Agendas 21. Portanto, os recursos alocados permitiram a formação de 957 agentes, superando a meta física inicialmente prevista.

Fomento a Projetos de Agendas 21 Locais

Essa ação é desenvolvida em parceria com o Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA, buscando formas de apoiar a construção de Agendas 21 locais. O FNMA fomenta projetos por meio da demanda espontânea, os quais podem ser apresentados e analisados durante todo o ano ou por demanda induzida, ocasião na qual os projetos são apresentados em resposta a editais específicos lançados por esse Fundo. O Fomento a Projetos de Agendas 21 Locais, desde sua criação, já teve três editais específicos do FNMA que, junto à demanda espontânea, somam 93 projetos apoiados, abrangendo 167 Municípios.

Em 2007, foi possível apoiar quatro projetos, o que é compatível à execução financeira desta ação que, apesar de iniciativas de apoio das equipes técnicas do FNMA e da Coordenação do programa, foi baixa. A maioria dos convênios têm como proponentes prefeituras, as quais, em geral, contam com uma estrutura administrativa deficitária, não possuindo em seu quadro pessoal qualificado para conduzir a prestação de contas ou estão inadimplentes com o Governo Federal, o que impossibilita o repasse de novos recursos nas datas programadas. Dessa forma, os convênios são prorrogados até que tais situações sejam regularizadas para que, então, os recursos possam ser repassados e regularmente executados, na maioria dos casos.

PROBACIAS

Tem por objetivo implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas. A bacia hidrográfica é a unidade de gestão, no âmbito da qual deverão ser fortalecidos os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH e na qual deverão ser implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio aos Conselhos e Agências dessas bacias, permitindo a descentralização, a participação da sociedade e o fortalecimento do controle social, visando assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. As ações do programa contemplam ainda, a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União, a capacitação técnica e operacional das entidades colegiadas, órgãos e instituições envolvidas no sistema, bem como o fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos do SINGREH.

Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas

Essa ação é coordenada pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, e em 2007, foram empenhados R\$ 2.108.896,00, destinados a atender 21 projetos em 12 Estados brasileiros. A recuperação e a proteção de nascentes e áreas que margeiam os corpos d'água, com foco no reflorestamento de áreas alteradas, no fortalecimento de instituições e na participação da sociedade na efetiva sustentabilidade dos recursos hídricos são os principais temas de 17 projetos. Ademais, R\$ 261.500,00 foram aplicados na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Paraná, o qual envolve um diagnóstico desses recursos na região, bem como o direcionamento de ações futuras em nível macro.

O FNMA recebeu, por meio de emenda parlamentar de comissão, o montante de R\$ 3.159.417,00, com os quais pôde apoiar três projetos na Bacia do Rio dos Sinos no Rio Grande do Sul destinados à implementação de ações práticas para minimização ou solução dos problemas socioambientais locais. O primeiro projeto está voltado à elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica; já o segundo refere-se à elaboração do Plano Regional de Resíduos Sólidos; enquanto o terceiro desenvolverá atividades de educação ambiental para a preservação e recuperação da Bacia com a constituição de coletivos educadores.

As atividades desenvolvidas nos projetos consistem em promover a conservação e a recuperação de nascentes e mananciais hídricos com articulação institucional por bacia ou sub-bacia hidrográfica, bem como a recuperação de áreas degradadas, visando à implementação de técnicas de manejo, à conservação, ao aumento da oferta de água de boa qualidade, ao desenvolvimento econômico e social da região e ao uso sustentável do solo e dos corpos d'água com a participação da sociedade local.

REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias, sendo objetivo central revitalizar a bacia hidrográfica do São Francisco e outras bacias em situação de vulnerabilidade ambiental e promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos nacionais prioritários ou da crescente e concentrada ação antrópica com elevado comprometimento ambiental. O programa é gerenciado pelo MMA com o apoio do Ministério da Integração Nacional e tem parceria com outros 16 ministérios.

Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental

Uma atividade de destaque realizada em 2007 foi o apoio institucional dado pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Vale do

Parnaíba – Codevasf, o qual está voltado à análise de projetos na área de resíduos sólidos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, bem como para a formação de Consórcios Públicos na região da Bacia do São Francisco. A Codevasf arcará com as despesas de investimento em obras nos Municípios contemplados pelo PAC, enquanto o MMA atuará na gestão integrada dos resíduos e apoio técnico para a formação desses consórcios.

Ressalta-se, também, a celebração de convênios a fim de fornecer apoio aos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos nos Estados integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, os quais orientarão as ações futuras do Governo Federal e, por consequência, otimizarão os recursos que serão aplicados para o desenvolvimento das ações no âmbito do programa. Os recursos foram descentralizados para o Departamento de Ambiente Urbano, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos convênios celebrados. Dessa forma, a meta física inicialmente prevista foi superada, tendo sido apoiados 77 projetos no exercício de 2007.

Além disso, foi de grande relevância a instituição da Câmara Técnica Temática de Saneamento Ambiental no âmbito dessa ação, a qual desenvolverá atividades referentes à Linha de Ação 4 – “Qualidade e Saneamento Ambiental”, compreendendo os seguintes componentes: 4.1 – Saneamento Básico; 4.2 – Resíduos e 4.3 – Convivência com o Semi-Árido. Esta Câmara é formada por representantes do: MMA, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Agência Nacional de Águas (ANA), Ministério da Integração Nacional, Codevasf, Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH) e Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf), Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal (CEF).

Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco

Trata-se de uma ação integrada que possui caráter nacional, envolvendo os três entes federativos e ampla participação social. Entre os principais parceiros no âmbito federal, destacam-se as universidades da bacia, a Codevasf, as secretarias do MMA, o Ibama e a ANA. Os recursos alocados nessa ação foram otimizados por meio do estabelecimento de parcerias, as quais contribuem para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos da bacia, bem como para melhorar a qualidade de vida dos moradores da região abrangida pela Bacia do Rio São Francisco.

Os projetos apoiados diretamente por esta ação contam com a mobilização social e a integração entre os atores envolvidos, o que permite desenvolver atividades de revitalização e recuperação do rio São Francisco, resultando na implantação de obras e serviços para o manejo nas bacias dos rios Picão, Alto Lambari e Córrego da Mina e da Velha, em Minas Gerais. Entre essas atividades destacam-se: a gestão; o monitoramento; o fortalecimento socioambiental; a proteção dos recursos naturais; o saneamento ambiental; e a economia sustentável.

Ademais, houve o monitoramento da qualidade da água, por meio do apoio a projetos de previsão e acompanhamento de cheias, controle de processos erosivos pelo desenvolvimento de metodologias de conservação de água e do solo, atividades de controle de queimadas no Estado da Bahia, por intermédio do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo e apoio ao desenvolvimento de ações do programa Água Doce.

Quanto ao turismo sustentável, foram realizados projetos, em 2007, os quais resultaram: na inauguração de dois Centros Integrados de Referências da Revitalização (Pains e Montes Claros/MG); na criação da primeira Unidade de Conservação, na área de revitalização da Bacia do Rio São Francisco (Flona Negreiros/PE); e no apoio à implantação de Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas) e de Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas - CRAD's.

As atividades desenvolvidas contribuíram para a superação da meta física da ação, tendo sido estabilizados 30.566 hectares, criando condições para a efetiva recuperação, revitalização e desenvolvimento sustentável da bacia como um todo. É importante não confundir “área estabilizada” com “área recuperada”, devendo a estabilização ser entendida como uma situação intermediária entre a degradação e a recuperação, e condicionante para a recuperação de uma área degradada.

Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins

A implementação dessa ação foi viabilizada após a celebração do convênio entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás (SEMARH-GO), em parceria com as demais secretarias de meio ambiente dos Estados da Bacia dos Rios Araguaia e Tocantins: Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e o Distrito Federal. As atividades desenvolvidas visam implantar uma

política de desenvolvimento sustentável, por meio do planejamento e da gestão ambiental integrada e participativa, em conjunto com os Governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, populações tradicionais, setores produtivos e população da bacia hidrográfica.

Em 2007, foi realizado o 1º Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Alto Tocantins em parceria com a ONG - Ecodata, o MMA e o Ministério da Integração (MI), que teve a participação de 300 representantes de instituições que atuam na questão ambiental dessa bacia. Constavam da pauta palestras e debates com temas sobre a conservação do cerrado, bem como os múltiplos usos da água e propostas de desenvolvimento econômico. Além disso, foi criado um sítio destinado a fornecer informações acerca da execução e planejamento dos projetos na bacia dos Rios Araguaia e Tocantins, cujo endereço é: www.semarh.goias.gov.br/PROTAR.

Merece realçar também a elaboração do Plano de Atividades e Metas - PAM em fase de conclusão e sistematização durante os encontros estaduais e respectivas oficinas técnicas. Além disso, foi investido recurso para promover recomposição florestal do Córrego Suçuapara e fomentar ações de educação ambiental nas escolas e na comunidade local, no Município de Palmas-TO, por meio do convênio com o projeto Palmas para o Verde.

AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

O objetivo do programa é promover o desenvolvimento da Amazônia mediante o uso sustentável de seus recursos naturais. Com o intuito de reverter o ritmo de destruição das florestas tropicais, reduzindo as emissões de carbono e propiciando melhor qualidade de vida aos habitantes dessas regiões, foi criado o Programa Piloto para a Proteção às Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), o qual atua na área da Amazônia e Mata Atlântica.

Disseminação de Boas Práticas sobre o Uso Sustentável dos Recursos Naturais na Amazônia

Essa ação é responsável pela execução de três contratos de doação no âmbito do PPG7: a) Contrato do projeto de apoio ao monitoramento e análise - AMA; b) Contrato de apoio à Coordenação do Programa Piloto - ACP; e c) Contrato do Fundo para a Floresta Tropical - RFT. Destaca-se, ainda, a disseminação de experiências desenvolvidas no Programa Piloto para formulação de subsídios à elaboração e à implementação das macropolíticas do Governo Federal para a Amazônia Legal, em particular o Plano Amazônia Sustentável - PAS e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 (Cuiabá-Santarém).

No exercício de 2007, previa-se inicialmente a difusão de 14 boas práticas, tendo sido efetivamente implementadas 10, número este que está em conformidade com a execução financeira. É importante esclarecer que a execução física foi influenciada pela reestruturação sofrida pelo MMA, o que resultou na mudança da Secretaria responsável pela gerência do programa.

No que diz respeito ao Projeto AMA, foram realizados cursos para capacitação de técnicos na gestão do conhecimento e na avaliação de projetos, ambos voltados aos conteúdos dos projetos do PPG7. Outra prática relevante disseminada foi a técnica para moderação de grupos e organização de eventos, a qual contou com o apoio da Cooperação Técnica Alemã - GTZ, focando o aperfeiçoamento de habilidades no uso das técnicas de moderação, visualização e realização de trabalhos participativos.

Foram organizados, também, eventos e editadas publicações destinados a diferentes públicos, todos com o objetivo de disseminar boas práticas para a conservação das florestas tropicais do Brasil, tais como: debate Socioambiental na Universidade Federal de Mato Grosso; academia Amazônica: teoria e prática para a construção de uma Amazônia sustentável; e o ciclo de Debates do Programa Piloto no II Encontro Nacional dos Povos das Florestas.

Ressalta-se que foi promovido um debate socioambiental sobre o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm), bem como foi publicado o artigo: *Cutting down deforestation in the Brazilian Amazon: how Brazilian policies were able to reduce deforestation in the world's largest tropical forest* a fim de disseminar as políticas de controle do desmatamento na Amazônia Legal. O compartilhamento de informações sobre a Amazônia entre instituições que têm responsabilidade pela implementação de políticas públicas naquela região é entendido como essencial para as políticas de proteção ao meio ambiente na região, em particular a floresta amazônica. Por isso, outra atividade desenvolvida foi o apoio técnico para a implementação do Sistema de Bases Compartilhadas de Dados da Amazônia (BCDAM).

PREVENÇÃO E COMBATE AO DESMATAMENTO, QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS – FLORESCER

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas - Prevfogo

Em 2007, visando à manutenção de brigadas de prevenção e combate a incêndios florestais, foram realizados nove cursos para formação de brigadas temporárias, formando 1.792 brigadistas que atuarão em 77 Unidades de Conservação - UC's, 10 cursos para formação de brigadas voluntárias, com formação de 284 brigadistas em Brasília, Roraima, Sul da Bahia e nos entornos dos Parques Nacionais da Chapada dos Guimarães, da Canastra e no Mosaico de Carajás e foram contratados 1.288 brigadistas para as 77 brigadas nas UC's. Outra iniciativa foi o envio às Coordenações Estaduais do Prevfogo e às UC's equipamentos necessários de combate ao fogo e de proteção individual.

Ainda no âmbito da prevenção, estabeleceu-se cooperação técnica com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Distrito Federal (Senar – DF), a fim de sensibilizar os trabalhadores rurais para que não seja feito o uso do fogo nas atividades agrossilvopastoris. Foram firmados, também, Acordos de Cooperação Mútua com o Chile, Colômbia e Argentina para a troca de experiências e conhecimentos.

Foram desenvolvidas outras atividades, como: elaboração de sete e revisão de dois planos operativos de prevenção e combate aos incêndios florestais, visando ao planejamento das atividades de prevenção e combate a incêndios nas Unidades de Conservação; coordenação dos trabalhos e elaboração de cinco relatórios sobre combates ampliados a incêndios florestais nos Parques Nacionais de Brasília, Chapada dos Veadeiros, Chapada dos Guimarães, Grande Sertão Veredas e Reserva Biológica do Guaporé; registro e análise de dados sobre incêndios florestais, tendo gerado 567 relatórios sobre a ocorrência de incêndios acontecidos nas UC's.

Portanto, com base nas atividades desenvolvidas ao longo do ano, considera-se que a ação obteve êxito, uma vez que conseguiu controlar queimadas e incêndios florestais em uma área de 725.691 hectares com os recursos financeiros nela executados.

QUALIDADE AMBIENTAL

O programa tem como objetivo promover a melhoria da qualidade ambiental, por meio do fortalecimento dos instrumentos de gestão, do controle dos riscos e da melhoria do atendimento às emergências decorrentes de substâncias perigosas e resíduos industriais. Além disso, busca controlar a emissão de gases, visando à proteção da camada de ozônio e do sistema climático global, de modo a reduzir os impactos de atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente.

Licenciamento Ambiental Federal

Essa ação tem como finalidade proporcionar o atendimento à demanda de licenciamento ambiental das atividades previstas na Legislação Ambiental, obedecendo aos critérios legais de prazo e qualidade. Dessa forma, os recursos foram aplicados no acompanhamento de empreendimentos licenciados, por meio da participação em vistorias técnicas, em audiências públicas, acompanhamento em diligências com o Ministério Público e demandas judiciais nas áreas de energia, transportes, mineração, petróleo e gás avançando. Foram concedidas 334 licenças, considerando as fases de licenciamento prévio, de instalação e de operação, as autorizações de supressão de vegetação e o licenciamento para pesquisas de atividades petrolíferas, bem como as respectivas renovações e prorrogações. Também houve investimento em infra-estrutura com a aquisição de equipamentos de informática.

A necessidade de desenvolver novos instrumentos de planejamento levou a coordenação da ação a priorizar discussões relativas ao licenciamento ambiental. Como resultado deste processo, no final do exercício, foi assinado termo de cooperação técnica com a Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – COPPE/UFRJ, objetivando a capacitação da equipe técnica em análise ambiental, na avaliação de riscos de projetos, no fortalecimento e no aperfeiçoamento do processo de licenciamento ambiental como instrumento de gestão para o desenvolvimento sustentável do país.

LICENCIAMENTOS REALIZADOS EM 2007 POR TIPOLOGIA

LICENÇAS	ENERGIA	TRANSPORTES	MINERAÇÃO	PETRÓLEO	NUCLEAR	OUTRAS*	TOTAL
LP	10	3	1	2	-	2	18
LI	17	29	3	4	1	5	59
LO	6	61	1	14	17	2	101
Autoriz.TAC	13	-	-	-	-	-	13
RLI	6	1	1	4	1	3	16
RLO	6	6	3	-	3	-	18
RLP	1	-	-	1	-	1	3
LPPER	-	-	-	6	-	-	6
Autoriz.TAC	-	-	-	3	-	-	3
RTACPerf.	-	-	-	3	-	-	3
LPPRO	-	-	-	-	-	-	-
Autoriz.TAC	-	-	-	-	-	-	-
LPS	-	-	-	10	-	-	10
RLPPER	-	-	-	-	-	-	-
RLPPRO	-	-	-	-	-	-	-
RLPS	-	-	-	1	-	-	1
ASV	17	39	10	-	-	4	70
RASV	4	8	1	-	-	-	13
TOTAL	80	147	20	48	22	17	334

LEGENDA:

LI - Licença de Instalação

RLI – Renovação de Licença de Instalação

LO - Licença de Operação

RLO - Renovação de Licença de Operação

LP – Licença Prévia

RLP – Renovação de Licença Prévia

LPS – Licença de Pesquisa Sísmica

RLPS – Renovação de Licença de Pesquisa Sísmica

RASV – Renovação de Autorização de Supressão de Vegetação

RLPPRO – Renovação de Licença Prévia para Produção

ASV – Autorização de Supressão de Vegetação

RASV – Renovação de Autorização de Supressão de Vegetação

*OUTRAS ATIVIDADES: Projeto de Integração do Rio São Francisco com bacias hidrográficas; Projeto Hidroagrícola Sampaio; e Projeto de Irrigação Luiz Alves do Araguaia

GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Esse programa tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos. O art. 29, I, da Lei nº 9.433/97, dispõe que compete ao Poder Executivo Federal “*tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos*”, o que compreende, sinteticamente: definir as diretrizes e estratégias político-institucionais; elaborar e monitorar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos; apoiar, articular e fortalecer a atuação do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, dos órgãos colegiados e demais entidades envolvidas; promover a articulação e o fortalecimento dos sistemas de gestão dos Estados; estruturar os instrumentos de monitoramento e controle; propiciar a construção de um pacto federativo que promova a gestão dos recursos hídricos e a sua integração com a gestão ambiental e com o uso do solo; promover a articulação do Sistema respeitando a diversidade do país, garantindo a participação e o efetivo controle social, com vistas a assegurar o uso múltiplo das águas de forma sustentável, bem como a utilização equilibrada, racional e justa dos nossos recursos hídricos.

Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Objetiva formular políticas e estratégias para o aprimoramento contínuo da Política de Recursos Hídricos, visando assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfronteiriços, com ênfase no apoio à estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH).

No exercício de 2007, deu-se continuidade ao aprimoramento da legislação e ao fortalecimento do

processo de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, adaptando-os às diferentes realidades regionais, bem como ao monitoramento e à avaliação do SINGREH feitos por meio do Sistema de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos (SIAPREH). Dessa forma, disponibilizou-se as informações coletadas pela pesquisa realizada em 2006, junto aos órgãos e entidades que integram o SINGREH, no sítio do MMA, bem como aprimorou-se o *software* do SIAPREH para que uma nova pesquisa possa ser realizada em 2008. Deu-se continuidade, também, ao apoio aos Estados na construção de seus planos de recursos hídricos e à promoção da integração da Política de Recursos Hídricos com a Política de Meio Ambiente.

Quanto às atividades em prol do apoio à estruturação do SINGREH, destacam-se: apoio técnico à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Tocantins, Espírito Santo, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, em andamento; e o apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No processo de articulação com órgãos estaduais, federais e internacionais para o desenvolvimento de estudos técnicos relacionados a águas subterrâneas, ressalta-se a importância da participação do Brasil no acompanhamento e desenvolvimento do “Projeto Sistema Aquífero Guarani (PSAG)”, cujas principais iniciativas realizadas foram: acompanhamento e prorrogação do Ajuste Complementar ao Acordo entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Governo Brasileiro até o fim do PSAG (janeiro de 2009); acompanhamento da reedição (atualização) da Portaria da Unidade Nacional de Execução do Projeto PSAG, publicada em 22 de novembro de 2007; acompanhamento do processo para futura assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com os Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo para desenvolvimento de atividades junto ao Projeto Aquífero Guarani; acompanhamento do programa de capacitação institucional do PSAG, na realização de estágios, intercâmbios e cursos nos quatro países. Ainda no processo de fortalecimento da gestão das águas subterrâneas, é importante ressaltar a participação do Brasil no *International Shared Aquifers Resource Management Programme - ISARM*, bem como a realização do preenchimento do questionário sobre aspectos sócio-econômicos e ambientais da gestão de aquíferos transfronteiriços no Brasil e, ainda, o acompanhamento das propostas de projetos para os aquíferos Amazonas e Pantanal, junto ao Global Environmental Facility - GEF.

Quanto a gestão de recursos hídricos transfronteiriços, foi feita a elaboração de diretrizes para a gestão transfronteiriça, o acompanhamento do Acordo para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Apa, entre Brasil e Paraguai, do Tratado do Rio Acre e do processo de elaboração do Seminário para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Acre, a ser realizado em março de 2008. Outra importante atividade é a participação do Brasil no processo de adequação do programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, aprovado pelo Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata - CIC e pelo GEF.

PROBACIAS

Tem por objetivo implementar o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e promover a recuperação e a conservação de bacias hidrográficas. A bacia hidrográfica é a unidade de gestão, no âmbito da qual deverão ser fortalecidos os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e na qual deverão ser implementados os mecanismos técnicos e operacionais para apoio aos Conselhos e Agências dessas bacias, permitindo a descentralização, a participação da sociedade e o fortalecimento do controle social, visando assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos. As ações do programa contemplam ainda, a elaboração dos Planos de Bacias Hidrográficas de rios de domínio da União, a capacitação técnica e operacional das entidades colegiadas, órgãos e instituições envolvidas no sistema, bem como o fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos do SINGREH.

Outorga do Direito de Uso dos Recursos Hídricos de Domínios da União

A outorga é o instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos pelo qual o Poder Público autoriza o usuário, sob condições pré-estabelecidas, a utilizar a água ou a realizar interferências hidráulicas para viabilizar o direito de acesso a esses recursos, sendo ela concedida pelas autoridades outorgantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, de acordo com a dominialidade do corpo hídrico. Os usuários que não possuem essa autorização estão sujeitos a notificações, multas e embargos, todos previstos em lei.

Em cada região, o comitê de bacia hidrográfica deve definir quais usos não serão sujeitos à outorga. Enquanto não houver esta definição, as autoridades outorgantes definirão, de acordo com o domínio do corpo hídrico, os usos que não estarão sujeitos à outorga. A ANA, os Estados e o Distrito Federal têm empreendido

ações diretas de campanhas de regularização de usuários de recursos hídricos, cadastrando e outorgando todos os usuários que estão instalados em uma determinada bacia ou região hidrográfica. Durante essas campanhas, o usuário declara o tipo de uso e a quantidade de água necessária à sua atividade, sendo que todos os usuários de recursos hídricos devem estar cadastrados no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH).

O mecanismo de outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos já foi, até o momento, implantado na Bacia do rio Paraíba do Sul e nas Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, o que representou um avanço relevante para o processo de construção da gestão de recursos hídricos, de forma descentralizada e participativa. Houve, no ano de 2007, aperfeiçoamentos nos mecanismos e valores de cobrança nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, visando caracterizar de forma mais precisa o uso da água no setor rural, criando, inclusive, incentivos para que os usuários adotem tecnologias de irrigação mais eficientes. A execução física dessa ação, nesse exercício, superou a meta inicialmente prevista, tendo sido regularizado o cadastro de 1.467 usuários.

Em consequência desse cadastramento, viabilizou-se o instrumento de cobrança, tendo sido arrecadado aproximadamente R\$ 20 milhões, os quais foram repassados integralmente para aplicação em projetos e investimentos nestas bacias.

SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E ESGOTO

Esse programa tem como objetivo ampliar a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços públicos urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Destina-se a atender à população urbana de menor nível socioeconômico e a residente em áreas de habitação subnormal, em periferias de grandes centros e em Municípios de pequeno porte.

Remoção de Cargas Poluidoras de Bacias Hidrográficas

Em 2007, esta ação, também conhecida como Prodes, contou com recursos financeiros da ordem R\$ 40,1 milhões provenientes do Orçamento Federal, bem como com o aporte adicional de R\$ 4,6 milhões oriundos da cobrança pelo uso da água na bacia do Rio Paraíba do Sul, os quais propiciaram o lançamento do “Processo de Seleção 2007” regulamentado pela Resolução ANA nº 80/2007. Concorreram 68 propostas de investimento para construção, ampliação ou melhoria operacional de estações de tratamento de esgotos (ETE’s) em diferentes regiões do País. Ao final desse processo de seleção, 55 empreendimentos foram habilitados junto ao programa.

Todavia, com os recursos disponíveis, foi possível contratar somente os três primeiros empreendimentos na ordem de seleção do Prodes, os quais, em seu conjunto, representarão investimentos totais da ordem de R\$ 147 milhões pelos respectivos serviços de saneamento (Sabesp, Codau e Copasa) e beneficiarão cerca de 1 milhão de brasileiros.

RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS PELO PRODES EM 2007

EMPREENDIMENTO	MUNICÍPIO (UF)	VALOR DO CONTRATO (R\$)	CUSTO TOTAL DO EMPREENDIMENTO ¹ (R\$)	POPULAÇÃO EQUIVALENTE ² (HAB)
ETE Taubaté/Tremembé	Taubaté e Tremembé (SP)	16.094.450,00	80.674.156,27	321.889
ETE Francisco Velludo	Uberaba (MG)	8.161.356,92	16.322.713,84	226.185
ETE Betim Central	Betim (MG)	18.720.271,29	50.000.000,03	417.111
TOTAL		42.976.078,21	146.996.870,14	965.185

1 – Valores orçados dos empreendimentos pelos prestadores de serviço de saneamento.

2 – População equivalente a ser atendida no fim de plano de operação dos empreendimentos.

O Prodes contratou, desde 2001, 40 empreendimentos, os quais se localizam em bacias hidrográficas que enfrentam graves problemas de poluição hídrica pelo lançamento de esgotos sem tratamento. Desses, 23 já foram concluídos e encontram-se em processo de certificação pela ANA.

RELAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS CONTRATADOS PELO PRODES EM 2007

ANO	EMPREENDIMENTOS EM CERTIFICAÇÃO (Nº ACUMULADO)	RECURSOS LIBERADOS POR EXERCÍCIO (MILHÕES R\$)
2002	1 ETE	-
2003	2 ETE	0,53
2004	9 ETE's	1,36
2005	14 ETE's	8,16
2006	19 ETE's	9,51
2007	23 ETE's	20,58
TOTAL		40,14

Ademais, foram liberados, após a comprovação do cumprimento de metas de abatimento de poluição e de critérios de gestão para o tratamento de esgotos sanitário previstos nos respectivos "Contratos de Compra de Esgoto Tratado", recursos financeiros de mais de R\$ 20 milhões para diversos serviços de saneamento no país. Esta característica de exigir a comprovação dos resultados para autorizar a liberação de recursos da União caracteriza o pagamento pelo esgoto tratado, modelo que vem sendo reconhecido como inovador na gestão de recursos públicos no país.

Ressalta-se, por fim, que o valor da meta física inicialmente prevista na Lei Orçamentária Anual (3 kg DBO/dia) ficou inconsistente com o nível de investimentos posteriormente estabelecidos para o Prodes (R\$ 40,1 milhões), tendo sido retificada na coluna "previsão corrigida" do Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento (Sigplan). Dessa forma, a execução física superou a previsão inicial, tendo sido abatidas 46.444 kg DBO/dia de carga poluidora.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O programa constitui-se de um programa interministerial do Governo Federal que compartilha ações na área de Resíduos Sólidos, tendo unificado e substituído os antigos programas Brasil Joga Limpo do Ministério do Meio Ambiente, Resíduos Sólidos Urbanos do Ministério das Cidades e Saneamento Básico - Ação Resíduos Sólidos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Uma das atividades desempenhadas, em 2007, foi a reativação do Grupo Interministerial no âmbito desse programa, contribuindo para a sua atuação, a qual consiste em apoiar o desenvolvimento dos processos de gestão, de gerenciamento e de manejo de resíduos sólidos urbanos, com vistas a garantir soluções para os problemas ambientais e de saúde decorrentes de processos inadequados, com ênfase à inserção de componentes sócio-econômicos.

Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas

Entre as atividades desenvolvidas pela ação, destaca-se a celebração de nove convênios com os seguintes Estados: Alagoas, Bahia, Distrito Federal e Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro e Sergipe. Estes convênios terão por finalidade a elaboração do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS), o qual orientará as ações futuras do Governo Federal, a fim de otimizar os recursos aplicados nesta área.

Apoiou-se a Prefeitura de Bagé com o montante de R\$ 1.573.972,21, destinados à ampliação do aterro sanitário, à aquisição de equipamentos e à construção de leitos de secagem. Os recursos foram repassados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para a Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU), a qual foi a responsável pela formalização do convênio para a transferência dos recursos à Prefeitura.

Outra iniciativa importante foi o acompanhamento aos processos decorrentes da aprovação e promulgação da Lei nº 11.445/ 2007, a qual estabeleceu diretrizes para o saneamento básico no Brasil. Para isso, apoiou-se a elaboração de Planos Estaduais de Gestão Ampliada e Integrada de Resíduos promovendo a regionalização e a observância desta norma. Nesse sentido, tem se buscado priorizar os Estados que compõem a Bacia do Rio São Francisco, bem como aqueles que compõem a Bacia do Rio Parnaíba. Ainda no âmbito legislativo, foi articulado junto à Casa Civil o envio, em setembro de 2007, ao Congresso Nacional do Projeto de Lei de nº 1991/2007, que dispõe acerca da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Também foi fornecido suporte ao projeto “Aplicação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), na redução de emissões em Aterro Sanitário”, o qual foi desenvolvido pelo Ministério das Cidades em conjunto com o MMA, contando, ainda, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Banco Mundial; bem como foi realizado o acompanhamento de empreendimentos habitacionais, de saneamento (especialmente de resíduos sólidos) e de regularização fundiária previstos no Plano de Aceleração do Crescimento.

Em consequência das políticas implementadas e dos convênios celebrados foi possível a superação da meta física inicialmente prevista para esta ação, tendo sido apoiados 654 projetos com os recursos financeiros disponibilizados.

RECURSOS PESQUEIROS SUSTENTÁVEIS

O programa visa promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação. Em 2007, deu-se continuidade ao aperfeiçoamento do modelo de gestão compartilhada do uso dos recursos pesqueiros, o qual fundamenta-se no compartilhamento de poder e responsabilidade entre o Estado e os usuários. Ressalta-se que foram desenvolvidas relevantes atividades no setor, tais como: implementação dos Comitês de Gestão de Uso Sustentável das Lagostas – CGSL; Comitê de Gestão de Uso Sustentável da Sardinha – CGSS; o Comitê de Gestão do Uso Sustentável dos Recursos Pesqueiros da Bacia Amazônica; consolidação da estatística pesqueira nacional; e a aprovação e execução do Plano Nacional de Gestão da Lagosta.

Fiscalização Ambiental das Atividades do Setor Pesqueiro

Essa ação atua no âmbito da fiscalização do setor pesqueiro, compreendendo, principalmente, o Plano Nacional de Fiscalização da Pesca da Lagosta, no qual as atividades de destaque foram: apreensão de cerca de 350.000 metros de rede caçoeira (petrecho proibido), 10.000 kg de lagosta e 100 embarcações pesqueiras que exerciam atividades ilegais. Foram, ainda, realizadas vistorias em cerca de 9.000 Unidades de Produção Pesqueira (UPP's), resultando em, aproximadamente, 500 autos de infração lavrados e R\$ 3.000.000,00 em multas aplicadas. No conjunto de todos os planos de fiscalização da Pesca, foram lavrados 1.613 autos de infração e arrecadados um montante superior a R\$ 9,5 milhões.

Quanto ao apoio à atividade fiscalizatória no setor, destaca-se o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS), implementado em conjunto com a Marinha do Brasil e a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca - SEAP. Para tanto, foram capacitados 56 servidores do Ibama, a fim de que pudessem operar o PREPS das regiões Sul/Sudeste, Norte/Nordeste.

Entre as operações de fiscalização realizadas, destacam-se a Operação Tapirapé – MT, a Operação Águas do Espírito Santo – ES, a Operação Raia Viola - RS e os Defesos do Camarão e da Lagosta e Piracema do Caranguejo-Uçá – Nordeste, Bacia Hidrográfica do Solimões-Amazonas, bem como no Estado do Mato Grosso. Os principais objetivos dessas iniciativas consistiram no combate à pesca predatória nos períodos de defeso, principalmente do camarão e da lagosta, e da piracema do caranguejo-uçá. Essas operações envolveram a fiscalização das embarcações, transporte e comércio de pescados, sobretudo o de espécies ameaçadas de extinção. Além disso, foram atendidas denúncias e demandas do Poder Judiciário, do Ministério Público e da sociedade.

COMUNIDADES TRADICIONAIS

Esse programa tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos integrantes de povos e comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e financeira a empreendimentos produtivos e a iniciativas de auto-organização associadas à gestão ambiental. Dessa forma, contribui-se para o fortalecimento econômico e social dessas populações, promovendo a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade por eles manejados, valorizando os múltiplos e ricos conhecimentos e usos que essas populações fazem do ambiente em que vivem.

Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais

Essa ação destina-se a apoiar iniciativas de fortalecimento econômico-social das organizações das Comunidades Tradicionais, proporcionando acesso às informações, apoio técnico-institucional e insumos básicos

para viabilizar a produção com baixo impacto ambiental. Um dos principais instrumentos de gestão concebidos para democratizar o acesso aos recursos viabilizados pelo Programa Comunidades Tradicionais se dá pela sua Carteira de Projetos, a qual funciona por meio de demanda espontânea, com mecanismos de análise e deliberação pelo Comitê Gestor e/ou Comitês Locais. Esses comitês são compostos por representações do governo e da sociedade civil.

O MMA em parceria com MDS vêm desenvolvendo, desde 2004, ações visando à consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), a qual, em 2007, foi concretizada por meio do Decreto nº 6.040/2007. Esta política é fundamental, não somente por propiciar a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, como também por estabelecer um pacto entre o poder público e estes grupos, que inclui obrigações vis a vis, alicerçadas num modelo de sociabilidade, o que denota um comprometimento maior do Estado ao assumir a diversidade no trato com a realidade social brasileira.

Ressalta-se que foram aprovados 108 projetos durante as duas Reuniões Ordinárias do Comitê Gestor do Programa e de quatro reuniões dos Comitês Locais. As propostas totalizaram R\$ 1.801.453,89 em recursos financeiros. Salienta-se, também, que 600 pessoas foram capacitadas para o desenvolvimento de atividades de acesso e gestão dos recursos públicos. Dessa forma, serão beneficiadas, aproximadamente, 26.995 famílias de entidades representantes de povos e comunidades tradicionais de praticamente toda a Amazônia, da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e da Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

Portanto, em razão dos projetos e atividades desenvolvidas, foi possível superar a meta física prevista, tendo sido apoiadas 84 organizações. É importante frisar que esta ação teve uma execução física 4 vezes maior, devido ao recebimento de um crédito suplementar de cerca de R\$ 2.000.000,00.

GESTÃO DA POLÍTICA DE MEIO AMBIENTE

O programa é o responsável pela coordenação do planejamento e da formulação de políticas setoriais, bem como pela avaliação e controle dos programas na área de meio ambiente. Em 2007, o programa contribuiu, no âmbito do MMA, de suas entidades vinculadas e das unidades federativas descentralizadas, para o fortalecimento institucional, técnico e material no exercício de suas respectivas funções de gestão ambiental. Além disso, por meio da Assistência Técnica para a Sustentabilidade Ambiental – TAL Ambiental foram realizados avanços para que a dimensão ambiental fosse incluída nas competências institucionais dos Ministérios das Cidades, da Fazenda, do Desenvolvimento Agrário, da Integração Nacional, de Minas e Energia e do Turismo.

Apoio à Realização das Conferências Estaduais e Municipais de Meio Ambiente

A realização das conferências estaduais e municipais de meio ambiente são pilares do processo de consolidação da Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA), a qual caracteriza-se por ser um espaço de convergência social, de caráter transversal, que permite a participação democrática dos diversos setores da sociedade brasileira, visando compartilhar problemas, buscar soluções, discutir e assumir responsabilidades individuais e coletivas, bem como apresentar reivindicações e sugestões de aprimoramento da política para a sustentabilidade socioambiental brasileira. Nessa plenária nacional são discutidas e votadas deliberações acerca da Política Nacional do Meio Ambiente de competência da União.

A realização das Conferências Estaduais e Municipais do Meio Ambiente tem aumentado a participação popular e com isso fortalecido o sistema público e participativo de construção da Política Ambiental integrada. Até dezembro de 2007, foram realizadas 80 conferências, sendo 76 regionais e quatro estaduais, com a participação de aproximadamente 40.000 pessoas. Os Estados do Amapá, Ceará, Mato Grosso e Piauí concluíram a etapa estadual e os demais realizarão suas conferências até o dia 16 de março de 2008, quando elegerão os delegados para a III Conferência Nacional do Meio Ambiente – III CNMA, que ocorrerá de 7 a 11 de maio de 2008. Esta Conferência terá como tema central as Mudanças Climáticas, a fim de gerar subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Mudanças Climáticas. A expectativa é que mais de 100 mil pessoas estejam envolvidas neste evento.

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO

O programa objetiva promover o zoneamento ecológico-econômico para planejar e organizar, de forma sustentável, o processo de uso e ocupação, subsidiando o planejamento territorial do País. Nos últimos anos, conseguiu-se ampliar, significativamente, as áreas do território nacional com projetos executados: 11% em 2002, 23% em 2005, 32% em 2007. Cerca de 13% do território nacional possui áreas de zoneamento em fase de

implantação e articulados a outros instrumentos de política pública, tais como: zoneamento agrícola, licenciamento ambiental, planos diretores municipais, definição de áreas protegidas e recuperação de passivos ambientais. Além disso, estão em andamento, projetos em 2,4 milhões de km², o correspondente a 28% do território nacional.

Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Brasil na Escala 1:1.000.000

Com o objetivo de consolidar o Zoneamento Ecológico-Econômico - ZEE do País na escala da União, essa ação tem como função subsidiar projetos que gerem insumos metodológicos, bases de informações organizadas, análises e prospecções sobre a dinâmica territorial brasileira.

Durante o ano de 2007, avançou-se na etapa de diagnóstico, por meio da execução de projetos regionais e estaduais, os quais servirão de insumos para análises específicas sobre o território nacional, compondo a base de dados georreferenciados do Território Nacional, tais como: ZEE da Amazônia Legal; ZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; ZEE da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE/DF; ZEE da Bacia do Rio Parnaíba; ZEE da área de influência da BR-163 e dos Estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso de Sul, Mato Grosso, Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná e Rio de Janeiro. Também foi concluído o levantamento das políticas públicas federais que atuam sobre o ordenamento territorial no país, além do desenvolvimento de estudos e debates sobre a dinâmica territorial brasileira e os instrumentos de gestão territorial para a definição das diretrizes do Macrozoneamento do Brasil – MacroZEE Brasil.

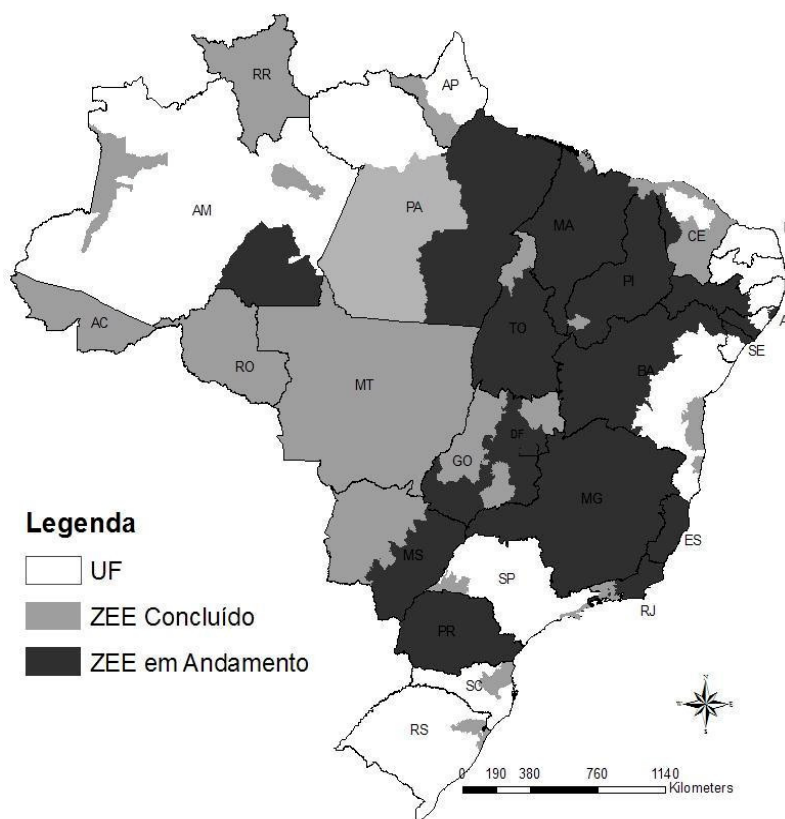
Trabalhou-se ainda na reunião e organização das informações produzidas por projetos de ZEE realizados em diversas escalas e em parcelas do território nacional. Municípios, Estados da Federação e órgãos federais têm executado ZEEs e avançado na conexão entre os produtos gerados e os instrumentos de políticas públicas, com o objetivo de efetivar ações de gestão ambiental e territorial. O quadro e o mapa a seguir apresentam uma consolidação deste levantamento que tem como data-base dezembro de 2007.

SITUAÇÃO DO ZEE NO BRASIL POR PROJETO E POR FASE

REGIÃO	ÁREA	Diagnóstico		Prognóstico		Normatização	Implantação
		concluído	em andamento	concluído	em andamento		
REGIÃO NORTE	3.853.327,23	1.728.581,54	382.595,66	1.306.867,85	421.713,68	390.157,56	1.094.971,30
REGIÃO NORDESTE	1.554.257,00	852.353,98	296.600,16	219.885,22	0,00	0,00	9.962,08
REGIÃO CENTRO OESTE	1.606.371,51	1.171.509,66	449.284,55	1.171.509,66	0,00	0,00	0,00
REGIÃO SUDESTE	924.511,29	607.966,87	46.077,52	21.432,57	586.528,29	1.947,70	1.947,70
REGIÃO SUL	576.409,57	31.889,03	199.314,85	31.889,03	0,00	0,00	0,00
	100%	51%	16%	32%	12%	5%	13%
TOTAL	8.514.876,60	4.392.301,08	1.373.872,74	2.751.584,33	1.008.242,09	392.105,26	1.106.881,08

Obs: áreas em km²

ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO EM ESCALA 1:250.000 OU MAIORES



Ademais, destaca-se a realização de uma oficina com o objetivo de preparar um documento-base preliminar sobre o MacroZEE Brasil. Esse processo tem grande relevância, uma vez que as alterações climáticas, como a elevação das temperaturas e a redução da oferta de água, provocam profundas mudanças no mapa agrícola do País. O MacroZoneamento Ecológico-Econômico será o principal instrumento para o poder público ordenar a ocupação e o uso do território e promover o desenvolvimento de forma sustentável.

DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E DESPESAS DE LOCOMOÇÃO

No tocante aos limites para gastos com diárias e passagens, de acordo com o art. 2º da Lei nº 11.439/2006 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007 – LDO/2007), o Decreto nº 6.124/2007, estabeleceu para os órgãos e unidades orçamentárias, no âmbito do Poder Executivo, os tetos a serem respeitados no exercício de 2007. Em decorrência, o limite inicialmente determinado para o MMA foi de R\$ 16.284,0 mil, estando excluídas desse limite aquelas despesas custeadas pela Subfunção 125 – Normatização e Fiscalização, em ações do Ibama e da ANA.

Posteriormente, a Portaria MP nº 366/2007 ampliou os limites para este Ministério, no valor de R\$ 1.000,00 mil, que resultavam na possibilidade de execução dessas despesas no montante total de R\$ 17.284,00 mil.

No entanto, próximo ao final do exercício, a Portaria MP nº 464/2007 reduziu os limites autorizados para 2007 em R\$ 1.500,00 mil. Conseqüentemente, o teto estipulado para todas as unidades que compõem a estrutura do MMA passou a ser de R\$ 15.784,00 mil, cujos valores empenhados estão demonstrados a seguir, excluindo as despesas constantes de programações com a Subfunção 125.

Em R\$ 1,00

DESPESA	EXECUTADO 2006	LIMITES 2007	EMPENHADO ⁽¹⁾	% 2007/2006
Diárias (14)	10.428.581		6.687.827	64,1
Passagens (33)	9.314.566		7.488.225	80,4
Total	19.743.147	15.784.000	14.176.052	71,8

Base: (1) Siafi: 31.12.2007 (Consulta efetuada em 21.01.2008 – Dezembro aberto)

Conforme observado na tabela acima, o MMA cumpriu os limites impostos tanto pelo Decreto nº 6.214/2007 (R\$ 15.784,0 mil), além de atender o disposto na LDO/2007 (90,0% da execução de 2006).

Adicionalmente, destaca-se que a tabela seguinte traz as despesas discriminadas referentes a Subfunção 125, no âmbito do Ibama e da ANA, que não estão abrangidas pelos limites anteriormente citados:

Em R\$ 1,00

DESPESA	EXECUTADO 2006	LIMITES 2007 ⁽²⁾	EMPENHADO ⁽¹⁾
Diárias (14)	4.099.165		7.380.026
Passagens (33)	1.070.397		1.393.826
Total	5.169.562		8.773.853

Base: (1) Siafi: 31.12.2007 (Consulta efetuada em 21.01.2008 – Dezembro aberto).

(2) Despesas não limitadas pelo Decreto nº 6.124/07 e LDO/2007.

DESPESAS COM PUBLICIDADE

O Decreto nº 6.183/2007, estabeleceu limites para empenho, no âmbito do Poder Executivo, para despesas com publicidade, no exercício de 2007. Segundo o referido Decreto, estavam abrangidas as despesas efetuadas nas ações Publicidade de Utilidade Pública e Publicações, Publicidade Institucional, Publicidade de Utilidade Pública Aplicada a Campanhas Educativas na Área de Turismo e Publicidade de Utilidade Pública – PUP – única presente na programação do MMA. Além dessas ações, as despesas classificadas contabilmente como: 33.90.39.86 (Patrocínios), 33.90.39.90 (Serviços de Publicidade Legal), 33.90.39.91 (Serviços de Publicidade Mercadológica), 33.90.39.92 (Serviços de Publicidade Institucional), e 33.90.39.93 (Serviços de Publicidade de Utilidade Pública), independentemente das programações nas quais fossem efetuados esses gastos, também estavam incluídas. O teto estabelecido por este Decreto para o MMA foi de R\$ 1.093,00 mil.

Entretanto, quando da edição do referido Decreto, o MMA já havia extrapolado esses limites, conforme informado pelo Subchefe-Executivo da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SUBEX/SECOM/PR, por meio do Ofício nº 909/2007/SUBEX/SECOM/PR. Em função disso, o MMA solicitou uma ampliação desse limite, o qual foi concedido e ampliado em R\$ 628,00 mil, possibilitando a execução do montante de R\$ 1.721,00 mil, conforme informado pelo Ofício nº 1.293/2007/SUBEX/SECOM/PR.

A tabela a seguir, elaborada a partir do acompanhamento efetuado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM/PR, demonstra a execução dessas despesas no âmbito do MMA, com dados extraídos no Siafi Gerencial em 21.01.2008 (Base: 21.12.2007).

Em R\$ 1,00

EXERCÍCIO	LEI + CRÉDITO	EXECUÇÃO/EMPENHADO			LIMITE DECRETO	DIFERENÇA (Limite - Execução)
		AÇÃO 4641 PUP	DEMAIS - (Subcontas)	SOMA		
2006	1.322.152,00	765.860,00	450.788,49	1.216.648,56	ND	ND
2007	2.017.667,00	900.175,23	292.044,77	1.192.220,00	1.721.000,00	528.780,00
% 2007/2006		117,5	64,8	98,0		

Observações: PUP considerado valor empenhado por ação; demais subcontas equivalem ao empenhado nas subcontas 86-Patrocínios, 90-Legal, 91-Mercadológica e 92-PI, na modalidade 90, excluídos os feitos dentro da ação 4641; e excluída a execução por subconta constantes das subfunções 125, conforme § 2º do art. 1º do Decreto nº 6.183/07.

Embora o MMA tenha executado acima do percentual de 90% da execução de 2007, conforme estabelecido pelo §3º do art. 2º da LDO/2007, o mesmo não descumpriu os parâmetros estabelecidos pelo Decreto nº 6.183/2007, o qual consolida todos os gastos do Poder Executivo. Dessa forma, o volume empenhado pelo MMA foi compensado por outros órgãos dessa esfera de poder.